Multiciência Online @2016
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago
ISSN 2448-4148

A INSTITUIÇÃO POLICIAL DIANTE DO OLHAR DA PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maiara Castro de Freitas[1], Ana Paula Parise Malavolta[2]&Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira[3]

[1] Psicóloga graduada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI SANTIAGO. Mestre em Psicologia Clínica pelo PPGPsico/UNISINOS. E-mail: freitas_may@hotmail.com

[1] Psicóloga graduada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI SANTIAGO. Mestre em Artes Visuais PPGART/UFSM. E-mail: ana.p_parise@hotmail.com

[1] Psicóloga graduada pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia; Professora do Curso de Psicologia na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI SANTIAGO. E-mail: psicanahy@urisantiago.br

RESUMO: O presente artigo busca demonstrar, discutir e explorar nossa experiência de estágio curricular profissional em Psicologia Institucional, realizado durante dois anos, numa Delegacia de Polícia do interior do estado do Rio Grande do Sul. Este artigo propõe ainda, uma reflexão sobre a prática do profissional psicólogo numa instituição policial, assim como, frente a observações e acompanhamento constante de seu trabalho, análises críticas sobre os aspectos psicológicos envolvidos nesse contexto. Cabe ressaltar, que o estágio foi circundado por um viés psicanalítico do trabalho policial, baseado em questões que envolvem a saúde física e, especialmente, mental dos agentes. Deste modo, a partir de novos olhares e reflexões da psicologia para com a instituição policial, foi possível perceber o amplo campo de atuação do profissional psicólogo e a importância de se fomentar ações preventivas e promotoras de saúde mental aos policiais civis.

Palavras-chave: Psicologia Institucional. Instituição Policial. Saúde Mental do Policial. Psicologia do Trabalho.

ISSN 2448-4148

Diretriz do trabalho na instituição policial: (re)construções de percursos

Este artigo tem como objetivo, através do relato de experiência na instituição policial, apresentar e analisar aspectos referentes à psicologia do trabalho e saúde mental do trabalhador envolvidos no trabalho do policial civil e da instituição como um todo. Para tal, serão narradas as principais atividades de estágio institucional realizadas, assim como demais aspectos relevantes observados e vivenciados durante a permanência nessa instituição. Buscar-se-á articulações, frente à saúde física e mental desses agentes, por meio de discussões teóricas resgatadas através de autores, especialmente os psicanalíticos, sobre a psicologia do trabalho. Também, diante de novos olhares à instituição policial, será possível (re)pensar o campo e o papel da psicologia nesse contexto, bem como possíveis formas de atuação/contribuição do profissional psicólogo às questões elucidadas.

Salienta-se que a experiência de estágio profissional retratada abaixo integrou, também, um projeto de extensão desenvolvido em parceria entre a Universidade e a Delegacia de Polícia Civil, com apoio da Secretaria de Segurança Pública do estado. Posteriormente, foi realizado um trabalho de conclusão de curso. Logo, atenta-se para o fato de ter sido consubstanciada a devida apreciação ética, com parecer favorável ao desenvolvimento do trabalho que será apresentado, de acordo com o CAEE: 26475113.6.0000.5353.

Enfatiza-se, também, que, a metodologia da escrita deste artigo, baseia-se em uma estrutura oposta ao paradigma da simplicidade, que volta a atenção para o homogêneo, ou para a clareza das coisas, na medida em que aqui se direciona o olhar para os interstícios, isto é, para um meio híbrido que promove uma nova discussão e um olhar sensível sobre as relações da vida. Assim, ao invés de operar em uma lógica de síntese e análise, que divide o objeto para dele extrair suas ideias certeiras, apostamos nas complexas ligações que investem sujeito e objeto e transformam a ambos, uma vez que são traçadas outras conexões entre conceitos e imagens. A partir desse modo de construção do olhar, a escrita deste artigo também se volta para o intempestivo jogo dos sentidos e acontecimentos misturados, na tentativa de compor novas reflexões e mergulhos sobre os mundos que nos afetam.

ISSN 2448-4148

Ademais, ressalta-se que, é bastante recente a introdução da Psicologia em Delegacias de Polícia, e as publicações a respeito de tais experiências, quando existentes, são bastante escassas, como poder-se-á perceber nesta escrita (publicações entre 1998 a 2014). Embora não tão difundida, é uma atividade apropriada para a área, uma vez que lida com o sofrimento humano em relação à lei, que ganha concretude, necessitando ser desenvolvida. O que a Psicologia tem a oferecer para esta situação? Podemos responder simplesmente que é a escuta e o acolhimento. Com a diferença de que essa escuta visa à compreensão daquele que fala, buscando apontar-lhe aquilo que pode ser feito de modo diferente. Neste sentido, percebe-se que a intervenção em cada caso particular prioriza uma abordagem terapêutica, na medida em que se estabelece uma relação de ajuda comprometida com o bem-estar psicológico dos sujeitos.

Caracterização da instituição e do trabalho do policial civil

O estágio profissionalizante em Psicologia Institucional ocorreu durante dois anos numa Delegacia de Polícia Civil do interior do estado do Rio Grande do Sul. Os membros daquela instituição estavam divididos entre agentes (escrivão e inspetor) e delegados/as. Estes se encontravam concentrados num mesmo prédio, distribuídos dentro de suas respectivas delegacias, em setores e/ou cartórios diferentes, trabalhando individualmente ou em duplas. De tal modo, para iniciar a discussão e problemática deste assunto, faz-se necessário antes conhecer, mesmo que brevemente, as atribuições e/ou funções dos policiais civis. São elas:

ISSN 2448-4148

I - exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto asmilitares; II - determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou a assegurar a execução judicial; III - praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual; IV - zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção a sociedade e ao indivíduo; V - colaborar para a conveniência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais; VI - adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares; VII - organizar, executar e manter serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, e expedir licença para as respectivas aquisições e portes, na forma da legislação pertinente.

QUADRO 1: Funções atribuídas aos policiais civis. Fonte: Site da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

Percebe-se que tais atribuições necessitam, para sua realização, de políticas e condições de trabalho adequadas às necessidades dos agentes. Somente assim, é viável que exerçam seu trabalho da melhor forma possível. (QUEIROZ, 2008). Deste modo, entende-se que os policiais lidam com riscos reais e imaginários, os quais são inerentes à sua profissão e podem gerar estresse e sofrimento. (BRETAS, 1997). Existe, portanto, atualmente, uma necessidade de conhecimento em profundidade e, também, de reflexão sobre o papel desenvolvido por esses agentes de segurança pública dentro de nossa sociedade. Os estudos, no âmbito da psicologia, que tratam dos efeitos e das condições de trabalho na saúde mental dos policiais civis, são ainda muito escassos e limitados, necessitando de mais investigações. (AMADOR, 2002); (DE SOUZA MINAYO, DE SOUZA, CONSTANTINO, 2008).

ISSN 2448-4148

Caracterização do estágio, apresentação e reflexão frente ao trabalho desenvolvido

As atividades do estágio profissional em Psicologia Institucional possuem como objetivo, proporcionar ao/a acadêmico/a de psicologia a vivência do trabalho dentro de uma organização pública, assim como a familiarização e possibilidades do trabalho do psicólogo nestes espaços. Também, possibilita o aprofundamento de estudos, teorias e técnicas em práticas profissionais relacionadas à atuação do/a psicólogo/a nas organizações e/ou instituições. Assim sendo, diversas práticas foram realizadas junto a uma instituição policial no interior do estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se refletir e promover ações que atendessem às necessidades dos agentes policiais civis, à comunidade e, também, à expansão da prática dos profissionais psicólogos nesse contexto.

Houve, sobretudo, observações iniciais, acompanhamento intenso, assim como intervenções diante da rotina desses profissionais. Isto, entre outras coisas, oportunizou, com o passar dos meses, a criação de um vínculo com alguns setores e agentes que compunham esta instituição. Deste modo, foi possível, inicialmente, estabelecer um trabalho integrado junto ao Cartório de Proteção à Criança e ao Adolescente - CPCA e as agentes que trabalhavam nessa seção. Também, ao longo desses dois anos, foram realizadas diversas escutas às questões profissionais e pessoais de muitos desses agentes que, espontaneamente, compartilhavam um pouco de suas angústias, ansiedades, dúvidas e receios. Estas surgiam a cada novo dia e/ou situação vivenciada por eles no cotidiano da instituição e no desenvolvimento de suas relações.

A partir da construção de vínculos que se estabeleceram com as agentes do Cartório de Proteção à Criança e ao Adolescente – CPCA foi possível a realização de acompanhamentos e escutas às crianças vítimas de qualquer modo de violência. Entretanto, a maior demanda de casos acompanhados se deu em relação aos de abuso sexual. Inicialmente, realizaram-se as escutas junto às agentes que, aos poucos, foram percebendo a importância da empatia e acolhimento nesses momentos de extrema angústia dos pequenos. Assim, ao compartilhar saberes, criaram-se novos laços mais fortalecidos e genuínos, que possibilitaram organizar, num pequeno espaço do Cartório, um ambiente com brinquedos e

ISSN 2448-4148

materiais de desenho. O objetivo era dar às crianças uma oportunidade de se expressarem de outras formas que não a fala, o que sempre se percebia muito doloroso.

Para abordar um assunto tão delicado, em primeiro lugar, é necessário colocá-lo em sua real dimensão. A etiologia e os fatores que determinam o abuso sexual contra a criança e adolescente envolvem questões culturais (um exemplo é o incesto) e de relacionamento (pode-se destacar, por exemplo, a dependência social e afetiva entre os membros da família) que dificultam a notificação e perpetuam o silêncio. Questões da sexualidade (da criança, do adolescente ou mesmo dos pais dentro da complexa dinâmica familiar) também estão presentes nesta etiologia (ELOY, 2012); (HILST, 1990).

Entende-se o abuso sexual como uma situação em que a criança ou o adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto ou até mesmo de um adolescente mais velho baseado em uma relação de poder. Nesta se pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia e exibicionismo até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência. Por vezes, esta prática pode incluir elementos de sadismo como flagelação, tortura, surras e exploração sexual visando fins econômicos (HILST, 1990); (PISA, 2007).

A violência física contra crianças e adolescentes abusados sexualmente não é o mais comum, mas também o uso de ameaças e/ou conquista da confiança e do afeto da criança. No abuso sexual, a sexualidade está a serviço de necessidades não sexuais: o outro é destituído do seu lugar de ser desejante e forçado a ser objeto de um jogo perverso. É inegável que esta violência deixe marcas profundas no psiquismo das vítimas, o que se agrava, especialmente, pela conotação sensacionalista que, muitas vezes, é dada aos casos (LACAN, 2003).

Nos casos de abuso sexual infantil, Furniss (1993) destaca as alterações nos modos de vida das pessoas que participaram mais de perto da condição de abuso sexual, no período que se segue à denúncia. A configuração familiar modifica-se, porque há saída ou entrada de pessoas na casa, em uma tentativa de proteger as crianças, ou então estas são deslocadas para morarem com outros parentes que podem se responsabilizar por sua proteção. A condição financeira também se altera substancialmente, principalmente se o provedor é o abusador e ele é recolhido ao sistema prisional. Nestes casos, as famílias se

ISSN 2448-4148

encontram em situações de extrema vulnerabilidade, pois a mãe necessita sair de casa para garantir a renda familiar e, se ela consegue, as crianças passam a ficar sós em casa.

As consequências do abuso sexual em crianças já têm ampla descrição. Hilst (1990) divide estas consequências em aspectos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais. As crianças podem apresentar pesadelos e distúrbios do sono, isolamento, comportamentos regressivos (como voltar a fazer xixi na cama), ataques de raiva sem aparente motivo, doenças sexualmente transmissíveis, insegurança ou retraimento. Logo, a denúncia traz, necessariamente, um corte nos vínculos afetivos, sociais e familiares. Como sabemos, a maior incidência de abuso sexual se dá na própria casa da criança e envolve pessoas de sua confiança (como o pai, padrasto ou parentes próximos). A revelação do abuso traz perdas afetivas e afastamentos sociais que são extremamente difíceis de serem suportados. Além disso, a criança vivencia sentimentos de traição e estigmatização em relação a pessoas da família nuclear e da família de origem (GABEL, 1997).

O que estas crianças e adolescentes solicitam a quem se dispõem a ouvi-los, ainda que não o expressem verbalmente, é que estes acreditem em suas histórias, em seus medos e em suas certezas e contradições. Foi possível perceber nas crianças e adolescentes que sofreram violência sexual uma alteração da imagem corporal. Desta forma, o corpo é sentido como profanado, há perda de integridade física; sensações novas foram despertadas, mas não integradas: a criança exprime a angústia de que algo se quebrou no interior de seu corpo. Assim, é comum notar em seus desenhos a presença de olhos persecutórios e mãos soltas no espaço, provavelmente, evocando a figura do agressor sexual. Isto remete à angústia persecutória, invariavelmente, encontrada nestes casos (KLEIN, 1981).

É importante lembrar que, quando uma criança tem oportunidade de revelar o que lhe aconteceu, recebendo crédito e ajuda, as manifestações mais notórias geralmente desaparecem; ela reencontra o interesse pelos outros e pela brincadeira, embora a angústia possa permanecer sob forma de diversos sintomas, que merecem atenção e tratamento. Cabe ressaltar, no entanto, que, embora seja fundamental para a solução dos problemas, o momento da revelação é particularmente cercado de um grande sofrimento, devido a todas as medidas instituídas e reações familiares que decorrem desse ato. É, assim, um momento

ISSN 2448-4148

no qual é fundamental o apoio de familiares e da equipe que presta atendimento (ROUYER, 2015).

Diante disso, no percurso de trabalho desenvolvido com as agentes do CPCA, buscou-se um reconhecimento da necessidade da intervenção de um profissional habilitado e familiarizado com o trato da infância e adolescência, identificado na figura do psicólogo. As agentes, com o passar do tempo, contato e experiências compartilhadas, confirmaram a importância das formações e capacitações permanentes, do auxílio da psicologia nesses casos e da possibilidade de articulação de trabalho integrado com a rede de proteção. No entanto, observa-se com pesar, que não existem regularidade e uniformidade de condições especiais e protetivas para a oitiva das vítimas de situações de abuso sexual. Porém, nessa instituição, houve um movimento crescente e importante em preservar esses sujeitos do constrangimento e revitimização, admitindo a inadequação das condições oferecidas e o desconforto para a tomada desse depoimento e decorrer do inquérito.

Assim, frente a essa intensa experiência vivenciada junto às agentes e, especialmente, às inúmeras crianças e adolescentes atendidos, percebeu-se a importância de capacitação e escutas constantes aos policiais. Evidenciou-se, assim, a extrema necessidade de que pudessem desenvolver suas atividades de modo saudável para si próprios e de forma acolhedora aos pequenos que ali chegavam inundados de sentimentos e emoções difíceis de serem simbolizadas. Desse modo, foi proposto um processo de acompanhamento a eles, a suas diversas demandas do/no trabalho. Esta atividade se baseou em conversas, reflexões, trocas de experiências em seu espaço de trabalho, grupo terapêutico e auxílio em algumas atividades nas quais a presença da psicologia foi considerada importante (como por exemplo, a oitiva de crianças e adolescentes no CPCA). Deste modo, propõem-se adiante reflexões e discussões frente a essas demandas e ao trabalho que se estabeleceu.

Verso e reverso do trabalho na instituição policial: discutindo estratégias e intervenções realizadas

O trabalho é algo que transcende o concreto e se instala na subjetividade, acolhendo não somente uma necessidade de sobrevivência, mas principalmente a necessidade de autorrealização. O trabalhador confere sentido às situações de trabalho, que não é só

ISSN 2448-4148

psíquico, mas também depende das condições socioeconômicas e do contexto histórico em que está inserido. (TAMAYO; MENDES, 1999). Assim, quando contribui para a construção (ou reconstrução) da identidade do sujeito, o trabalho pode ser considerado fonte de saúde psíquica, na medida em que o sujeito possa constituir sentido àquilo que realiza. (FERREIRA, MENDES, 2001; 2003). O prazer no trabalho torna-se um dos caminhos para saúde, quando possibilita aos trabalhadores, criação de identidade social e pessoal. (DEJOURS, 1994).

As mais divergentes experiências que o sujeito hoje vivencia são permanentemente atravessadas pelo improvável e pela surpresa, especialmente, no trabalho do policial civil, que envolve riscos. (SILVA, 2000). Ao ser chocado com o imprevisível, os sujeitos, em alguns momentos, tendem a se desorientar. As transformações no campo social, comparadas há décadas atrás, são extremamente radicais. Isso tudo ocasionou um impacto nas experiências que o sujeito sofre no dia a dia. Assim, o mal estar contemporâneo atinge os sujeitos de vários modos, por vias diferentes, delineando um novo contexto a ser analisado. Todos estamos num estado de estresse permanente e na rotina do policial isso pode se manifestar de diferentes formas, produzindo diversos sintomas. (BIRMAN, 2012); (DE SOUZA MINAYO, DE SOUZA, CONSTANTINO, 2008).

Sendo assim, a proposta do grupo terapêutico foi aderida pelos policiais, como um espaço para que seus discursos pudessem circular. Ao ouvir e discutir suas demandas junto aos demais colegas buscou-se articular reflexões diante da rotina na instituição policial. Tal atividade aconteceu, por entender que a polícia resulta de uma série de normas as quais sustentam sua existência. No entanto, é preciso dar atenção aos impactos do trabalho diante da saúde desses agentes, levando em consideração o conteúdo violento das respectivas funções, o contato rotineiro com a violência e a constante pressão das responsabilidades que lhe são depositadas. Estes são alguns elementos do cotidiano policial que podem causar prejuízos a sua saúde mental. (BRAUM et al., 2002). Logo, é fundamental olharmos para os policiais civis como trabalhadores que sofrem o impacto do trabalho sobre sua subjetividade e saúde.

Desta forma, os encontros terapêuticos surgiram com o intuito de auxiliar os policiais no exercício de sua profissão. Essas reuniões ocorreram de forma quinzenal, em horário disponibilizado pelo Delegado Regional e acordado previamente com os agentes,

ISSN 2448-4148

com duração de aproximadamente uma hora e meia. Foram estruturados, em sua grande maioria, a partir das demandas advindas do grupo. Todavia, alguns encontros contaram com atividades previamente elaboradas, organizadas com objetivos que contemplassem o momento no qual o grupo se encontrava. Como exemplo, elucidamos encontros onde trabalhamos atividades que motivassem o grupo a se comunicar mais entre si e conosco; que pudessem conhecer melhor uns aos outros, promovendo-se, assim, a integração e construção de um espaço agradável. Buscou-se, principalmente, enfatizar ações preventivas e promotoras de saúde mental aos agentes.

Inúmeras questões foram trabalhadas ao longo de um semestre de existência do grupo terapêutico. Muitas vezes vezes ocorreram discussões sobre temas variados, de interesse do grupo, sem que nenhuma dinâmica fosse utilizada para que isso fosse mobilizado nos participantes. O grupo, desde o início, manteve a característica de ser aberto, sendo que nem todos os policiais podiam participar de todas as reuniões devido às situações inesperadas face sua rotina. Porém, houve participantes assíduos, que mobilizavam os demais a participarem. Assim, ressalta-se que sempre foi oportunizado a todos expressarem suas opiniões, para que sugerissem atividades e/ou temas, contribuindo para a construção daquele espaço coletivo. Deste modo, os participantes manifestaram, também fora do grupo, o quanto consideravam aquele espaço importante. Através dele, relataram poder verbalizar, expressar, aliviar e refletir acerca de diversos conflitos que os rodeavam.

Todos os encontros contaram com registro no diário de observações da coordenadora, feitos posteriormente à realização do grupo. Assim, diante dessa experiência, destaca-se que a aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros. A aprendizagem é um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros. Assim sendo, aprender em grupo significa desenvolver uma leitura crítica da realidade, atitude investigadora; uma abertura para as dúvidas e para novas inquietações (BASTOS, 2010).

Vale ainda elucidar que, a Psicologia como interlocutora entre o indivíduo e a lei, a irredutibilidade desta última pode ser comunicada de uma forma menos fantasiada,

ISSN 2448-4148

condizente com o código de leis atual, e não ao método implacável e sádico dos tempos da ditadura, cujas manchas históricas não foram esquecidas, e que no atual cenário político nacional, parece estar querendo se fazer novamente presente. O psicólogo que se insere em uma organização/instituição, como a da Polícia Civil, deve ser se capaz de compreender a partir de elementos captados as estruturas formais e informais presentes no espaço. Deve saber como definir seu papel naquele contexto em especifico, propondo intervenções metodologicamente consistentes e ciente de suas finalidades e consequências.

(Re)construindo sentidos: o papel da psicologia no contexto policial

Toda instituição apresenta particularidades que devem ser levadas em consideração, especialmente a Polícia Civil, a qual consiste em uma instituição permeada de regras de convivência e ideais que circundam as relações de trabalho e as relações interpessoais. Isso tudo pode influenciar significativamente o psiquismo de seus integrantes. Logo, cabe ressaltar que ao ingressaram na polícia, os sujeitos são, na maioria das vezes, incitados a se destituírem de valores e crenças pessoais, para incorporarem valores preconizados pelos regulamentos da instituição. Assim, de acordo com Santos (2005), a identidade profissional se constitui tanto pela incorporação de modelos e valores organizacionais, quanto pelo sentimento de pertença dos indivíduos às organizações. Deste modo, compreende-se que o "ser policial" se constitui frente a sucessivos espelhamentos, que envolvem a inter-relação entre a auto percepção do policial sobre sua identidade profissional e também a partir da imagem da polícia projetada por ele na sociedade.

A maioria dos policiais desta instituição acredita que a sociedade, de uma maneira geral, tem uma visão errônea e/ou negativa sobre a Polícia Civil. Esses sujeitos se sentem injustiçados, em alguns momentos, por se tornarem foco das atenções quando alguns colegas cometem "erros" e são "julgados", mas referem que ninguém se lembra deles quando acertam, quando cumprem com suas funções e "prendem criminosos". Ainda, segundo eles, esse sentido negativo nem sempre se sustenta na sociedade, visto que muitas vezes eles assumem um sentido utilitário (quando a sociedade precisa deles), e em outros momentos, as pessoas acabam se surpreendendo com a eficiência do trabalho por parte de alguns deles.

ISSN 2448-4148

Em termos de identidade, também é importante ressaltar o quanto muitos deles buscam uma distinção da Polícia Militar, de forma que consideram que essa diferença nem sempre é percebida pela sociedade. Parece, em determinados momentos, haver uma superposição entre essas imagens e uma certa ambiguidade, sendo que os policiais civis buscam reivindicar, algumas vezes, funções típicas dos militares (confronto, uso de uniformes, equipamentos). Alguns acreditam ainda, que seu trabalho não é reconhecido pela sociedade, nem pelo Governo e nem na própria instituição, a qual não lhes dá o devido valor. Para esses agentes, o que confirma isso é o baixo investimento nas condições de trabalho e a falta de programas/capacitações voltados especificamente para eles e para o desempenho de algumas funções. Assim, cabe destacar o que nos diz Gomes e Souza (2013):

> A percepção do pouco reconhecimento do trabalho policial pode comprometer a imagem desses profissionais acerca de seu trabalho, o que pode ser decisivo na estruturação da identidade profissional, trazendo influências tanto na forma de perceber os acontecimentos e as pessoas, como no plano dos comportamentos e nas vivências dos indivíduos. (GOMES; SOUZA, 2013, p. 606).

Cabe, portanto, pensarmos em algumas estratégias e reconstruções de sentidos ao trabalho dos policiais civis. Por exemplo, do ponto de vista institucional, devemos atentar para essas questões que foram evidenciadas e refletirmos não só sobre o âmbito individual, mas, sobretudo, em relação ao meio coletivo, criando estratégias de reestruturação e reorganização das equipes dos diferentes setores, visando à valorização da pessoa do policial civil, seja por meio de melhores salários (e/ou promoções), do reconhecimento àqueles que se destacam pelo bom desempenho profissional e, especialmente, da escuta e apoio as inúmeras e distintas demandas de ordem emocional. Essa instituição demanda, também, a partir de tudo que foi vivenciado junto aos agentes, ações que insiram investimentos institucionais para a melhoria das condições de trabalho; promoção de capacitações para o exercício de suas funções; diálogo com os agentes nas diferentes instâncias que compõem essa instituição e, sobretudo, a promoção de ações a saúde,

ISSN 2448-4148

voltadas para que esses profissionais possam lidar com possíveis comprometimentos de saúde (física e mental) a partir das especificidades de seu trabalho.

A importância da psicologia neste contexto de trabalho foi ressaltada pelos agentes, visto que demonstraram necessitar de sustentação, de poder falar livremente sobre tudo que envolve sua profissão, dos sentimentos, angústias e estresses despertados em relação à rotina que estão submetidos, a qual demonstra ser variável e repleta de imprevistos. Neste sentido, pensa-se que a psicologia pode continuar a colaborar realizando um trabalho que dê voz a seus conflitos, que possa suportar e acolher suas demandas, ajudando-os a criar formas de lidar com o sofrimento psíquico originado pelo trabalho rigoroso na instituição policial. (QUEIROZ, 2008). Pensa-se que, em alguma medida, nesta instituição, esse trabalho foi iniciado, seja pela escuta realizada nos corredores, pelo grupo terapêutico semanal, ou pela ajuda direta na execução de seu trabalho.

Ainda, foi observado que os policiais não dispõem de acompanhamento psicológico na instituição, pois o único serviço ofertado a eles se encontra na capital, onde se situa o SAS (Serviço de Assistência Social). O encaminhamento feito para este serviço acontece por intervenção do delegado, sendo que o agente é destituído de suas funções, e após o "tratamento", remanejado para outro setor. Isso colabora para que se forme uma visão negativa a respeito da psicologia, como se todos aqueles que precisassem, em algum momento, de atendimento psicológico fossem loucos e estivessem com sua sanidade comprometida. Percebe-se, portanto, que não existe um trabalho preventivo à sua saúde mental, e abre a possibilidade para que a psicologia, novamente, faça parte deste contexto, trabalhando com os conflitos internos derivados do trabalho policial.

Outro sentido explicitado se refere à psicologia trabalhando com as relações em seu contexto de trabalho. Deste modo, o objetivo compreende realizar um trabalho que fomente as vinculações neste espaço, contribuindo para um bom funcionamento da dinâmica que envolve sua rotina. Percebe-se que a manifestação de questões relativas às relações interpessoais no ambiente de trabalho, foram esboçadas de forma significativa ao longo desta experiência de estágio, evidenciando a necessidade de se olhar para elas.

Muitas vezes, os ideais que são depositados a estes sujeitos, sejam pela sociedade ou pela instituição policial, por meio de cobranças e/ou expectativas, ocasionam-lhes formas diversas de se sentirem pressionados, envoltos em um sofrimento intenso, frequentemente

ISSN 2448-4148

expresso por vivências de desamparo. Esses sujeitos necessitam, entre tantos outros fatores, de saúde psíquica para poderem exercer suas atividades, sendo essencial elaborar estratégias para a preservação de sua saúde mental no trabalho. (MARTINS, 2012); (PEREIRA, 2012). O sofrimento psíquico decorrente do trabalho policial atinge não só uma categoria profissional inteira, mas também, seus efeitos atingem ampla e gravemente toda a sociedade.

Assim, a continuidade de criações de estratégias defensivas torna-se essencial para esses agentes, na medida em que a partir delas possam agregar nova textura e plasticidade ao seu ambiente de trabalho. (CAMPS, MEDEIROS, VAISBERG; 2012). Logo, espera-se que, entre tantas coisas, a partir da experiência de estágio realizada (e, por meio das atividades promovidas), estas contribuições possam ter sido alcançadas em alguns aspectos e que, principalmente, possam ter seguimento através de outros estágios e projetos.

Considerações Finais

A partir da realização do Estágio Profissional em Psicologia, foi possível conhecer a dinâmica e os processos que envolvem os agentes e a instituição policial civil, partindo do pressuposto de que o trabalho representa a possibilidade de o sujeito ser aceito e incluído na sociedade humana, pois funciona como um elemento intermediário desse processo. Diante disso, percebeu-se que relações estabelecidas no trabalho do policial civil muitas vezes aparecem em segundo plano, em função de que sua rotina exige que estejam atentos a inúmeras demandas, cumprindo prazos e normas que, ao mesmo tempo em que são importantes para sustentar seu fazer laboral na instituição, causa-lhe sofrimento por não abrir espaço para a expressão de sua singularidade.

Através do contato estabelecido, percebeu-se que o ambiente de trabalho dos policiais civis não tem somente relação com a tarefa que esses agentes realizam, mas também é permeado significativamente pelas representações, relações e sentimentos que se tornam essenciais ao desenvolvimento de sua saúde mental no trabalho. É o ambiente que possibilita que as relações aconteçam, facilitando assim o andamento e a satisfação desses agentes na instituição policial. Sentir-se bem em seu trabalho, implica o bom convívio com

ISSN 2448-4148

os colegas e/ou superiores hierárquicos, e isso só se torna possível por meio do estabelecimento e desenvolvimento de relações.

Sabe-se que esses policiais estão imersos em um forte sistema burocrático, que por diversas vezes os impedem de realizar certas atividades e/ou ações, seja por falta de recursos, níveis hierárquicos ou falta de agentes, etc. Mesmo assim, procuram realizar seu trabalho de forma eficiente e tentam/esperam a partir dele, serem reconhecidos. Buscam dessa forma, alternativas que proporcionem melhorias a sua rotina, porém, vivenciamos junto a eles o limite profissional para a realização de suas propostas/reivindicações.

Neste sentido, há de se ter maior valorização a subjetividade desses agentes, assim como entendimento e acolhimento as suas reais necessidades e demandas. Para que isso ocorra, torna-se necessário que eles sejam ouvidos e que essa fala transcenda a observação, sendo também analisada/interpretada e discutida. A partir disso, o papel do psicólogo dentro de uma instituição policial se configura como importante e necessário, na medida em que se busque, através de práticas preventivas e promotoras, intervir de maneira a propiciar melhores condições psíquicas de trabalho. Sua saúde mental necessita ser preservada em seu ambiente de trabalho, de modo que as intervenções psicológicas têm de ser qualificadas, atendendo as necessidades da instituição e, especialmente, dos agentes policiais civis. É preciso que a psicologia olhe o ambiente e as relações desses sujeitos no sentido de buscar a construção de espaços que propiciem um ambiente seguro e um viver criativo ao ser e fazer do policial civil.

THE POLICE INSTITUTION ON THE OVERVIEW OF THE PSYCHOLOGY: A CASE STUDIES

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate, discuss and explore our internship experience in Institutional Psychology, performed in two years, at a Police Station in the State of Rio Grande do Sul. This article proposes a reflection on the practice of psychologists in law enforcement, as well as against observations and constant monitoring of his work, critical analysis about the psychological aspects involved in this context. It is noteworthy, that the stage was surrounded by a psychoanalytic view of the police work, based on issues that involve the physical health and, especially, the mental agents. In this

ISSN 2448-4148



way, from new perspectives and reflections of psychology to the law enforcement, it was possible to realize the broad field of psychologists and the importance of promoting preventive actions and mental health promoters to the police officers.

Keywords: Institutional Psychology. Law Enforcement.Mental Health of the Police Officer.

Referências

AMADOR, Fernanda Spainer. **Violência Policial**: verso e reverso do sofrimento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

AMADOR, Fernanda Spanieret al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 3, p. 54-61, 2002.

ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUSA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 275-285, 2009.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo informação**, v. 14, n. 14, p. 160-169, 2010.

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

BRETAS, Marcos Luís. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**, São Paulo, v.1, n. 9, p. 79-94, mai.1997.

CAMPS, Christiane I. C. M.; MEDEIROS, Clarissa; VAISBERG, Tânia, M. J. A. **Trabalho Criativo: um herdeiro do brincar**, 2012.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DE SOUZA, Edinilsa Ramos; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

DEJOURS, Christophe et al. Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação. **Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo (SP): Atlas, p. 45-65, 1994.

ELOY, Consuelo Biacchi. A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.1, n. 32, p.234-249, 2012. .

FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana Magnólia. Só de pensar em vir trabalhar já fico de mau humor: Atividade de atendimento público e prazer-sofrimento no trabalho. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 6, n.3, p.93-105, abr. 2001.

FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana Magnólia. **Trabalho e riscos de adoecimento:** o caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira. Brasília: Edições Ler, Pensar, Agir (LPA), 2003.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal. In: **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997.

GOMES, Romeu; SOUZA, Edinilsa Ramos de. A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, n. 18, p. 601-610, 2013.

HILST, Hilda. **O caderno rosa de Lori Lamby.** São Paulo: MassaoOhno, 1990.

KLEIN, Melanie. A análise infantil. In: **Contribuições à psicanálise**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

LACAN, Jacques. _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARTINS, J. C. O. **O sofrimento no trabalho**. Artigo publicado no site da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência. UNIFOR, 2012.

PEREIRA, Selma. **Sofrimento Psíquico no Trabalho**. (2012). Faculdades Unificadas Doctum.

PISA, Osnilda; STAIN, Lilian Milnitsky.Abuso sexual infantil e a palavra da criança vítima: pesquisa científica e a intervenção legal. **Revista dos Tribunais,** São Paulo, ano 96, v. 857, p. 464, mar. 2007.

Polícia Civil do Rio Grande do Sul. **História da Polícia Civil.** Disponível em: <http://www.policiacivil.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=437>. Acesso em 08 de dezembro 2015.

ISSN 2448-4148

QUEIROZ, Maria do Socorro. **O sofrimento psíquico do policial civil**: uma leitura psicanalítica. 160f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFC - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ROUYER, Martin. As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In: Crianças vítimas de abuso sexual. (Gabel, M., org): pp.62-71, São Paulo: Summus, 2015.

SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interações**, v. 5, n. 8, 2005. Disponível em: <http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/viewFile/145/149>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

SILVA, Yone Caldas. O preparo para o trabalho de risco. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília,v.20, n.4, p. 2-15, dec., 2000.

TAMAYO, Álvaro, MENDES, Ana Magnolia. Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 27, 1999.